

হ্যালো

ह

H



U G

هرا



So B

L

HOLA

ولپی ه

bonjou

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA IMIGRANTES E REFUGIADOS: A EXTENSÃO COMO PARTE DO CURRÍCULO NO CURSO DE LETRAS

PORTUGUESE LANGUAGE TEACHING FOR IMMIGRANTS AND REFUGEES: EXTENSION AS PART OF THE CURRICULUM IN PORTUGUESE LANGUAGE AND BRAZILIAN LITERATURE DEGREE

Estella Maria Bortoncello Munhoz

Instituto Federal Rio Grande do Sul
Bento Gonçalves, RS, Brasil
munhozestella@gmail.com
ORCID: 0000-0001-9907-5624

Carina Fior Postinger Balzan

Instituto Federal Rio Grande do Sul
Bento Gonçalves, RS, Brasil
carina.balzan@bento.ifrs.edu.br
ORCID: 0000-0002-5127-1471

Ivone Massola

Instituto Federal Rio Grande do Sul
Bento Gonçalves, RS, Brasil
ivimassola@gmail.com
ORCID: 0000-0002-2601-1723

Kleber Eckert

Instituto Federal Rio Grande do Sul
Bento Gonçalves, RS, Brasil
kleber.eckert@bento.ifrs.edu.br
ORCID: 0000-0002-6436-1193



RESUMO

Este artigo apresenta um relato de experiência oriundo do curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *Campus* Bento Gonçalves, a partir do componente curricular Estágio Supervisionado – Projetos de Extensão. Esse componente tem como objetivo inserir o licenciando em práticas de extensão, de modo a mobilizar os alunos a se aproximarem das demandas sociais por meio do curso de Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados. O artigo divide-se em três partes: inicialmente, é realizada uma explicação acerca da extensão universitária, sua importância e a indissociabilidade com o ensino e a pesquisa. Em seguida, são discutidos conceitos relacionados ao ensino do Português como Língua de Acolhimento (PLAc), em diálogo com a última parte: o curso proposto para imigrantes e refugiados. Como resultado, pode-se dizer que, ao mesmo tempo em que é proporcionado ao estudante de Letras uma formação humana e integral, a Instituição de Ensino Superior, por meio da extensão, atende às demandas sociais com a promoção da cidadania e do acolhimento ao outro, objetivo último da extensão.

Palavras-chave: Português como Língua de Acolhimento, Estágio de Extensão, Extensão Universitária

ABSTRACT

This article presents an experience report carried out in one discipline of Portuguese Language and Brazilian Literature degree of Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul, *Campus* Bento Gonçalves. The discipline, called Estágio Supervisionado – Projetos de Extensão, aims to curricular extension, in order to mobilize students to approach social demands through the Portuguese Language Course for Immigrants and Refugees. This article is divided into three parts: initially, an explanation is made about university extension, its importance and its inseparability with teaching and research. Then, concepts related to the teaching of Portuguese as a Welcoming Language (PWL) are discussed, in a dialogue with the last part: the course proposed to immigrants and refugees. As a result, at the same time that the undergraduate student is provided with a human and integral formation, the Higher Education Institution, through the extension, meets the social demands with the promotion of citizenship and acceptance of the other, which is the main objective of the extension.

Keywords: Portuguese as Welcoming Language, Extension Internship, University Extension

Introdução

O curso de Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – *Campus* Bento Gonçalves (doravante IFRS-BG), desde seu início, em 2018, busca integrar a extensão ao currículo. O componente curricular de Estágio Supervisionado – Projetos de Extensão é uma forma de demonstrar como o licenciando pode ser inserido em práticas de extensão vinculadas ao curso de Letras. Por meio dessa disciplina, os estudantes têm a oportunidade de vivenciar a docência a partir do preparo de aulas e do ensino de conteúdos de Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados, ampliando seu olhar acerca das práticas de ensino e se inserindo no ambiente educacional. Simultaneamente, também é possível promover o acolhimento de pessoas da comunidade externa oriundas de outros países, que buscam melhores condições de vida no Brasil.

O curso de Letras da instituição é organizado de forma a oportunizar a prática docente em todos os componentes curriculares. Além da formação integral acadêmica, objetiva-se que haja indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Assim, a referida disciplina de estágio, com a realização do Curso de Extensão Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados, coloca em prática o que está exposto nas diretrizes do curso por meio da formação de futuros professores e do atendimento às demandas da sociedade.

Devido a desastres naturais, conflitos e instabilidades econômicas, o Brasil tem sido o destino de pessoas de diferentes partes do mundo que buscam por uma vida mais digna. Por isso, as barreiras linguísticas devem ser vencidas urgentemente para que os imigrantes e refugiados exerçam sua cidadania. O Curso de Extensão Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados, baseado na perspectiva do ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc), tem o objetivo de auxiliar na integração desse público à sociedade brasileira. Assim, ao mesmo tempo em que os estudantes de Letras têm a possibilidade de colocar em prática os conhecimentos teóricos, a extensão promove o contato com a comunidade além dos muros da instituição.

Com base no exposto, este artigo busca explicar de que modo a extensão integra o curso de Letras do IFRS-BG, com a docência de Língua Portuguesa com imigrantes e refugiados por meio do Estágio Supervisionado – Projetos de Extensão, ofertado no quinto semestre do curso. Para isso, é, inicialmente, desenvolvida uma explicação acerca da importância e do funcionamento da extensão no currículo do curso de Letras e, em seguida, são discutidos conceitos relacionados ao ensino do Português como Língua de Acolhimento (PLAc), em diálogo com o curso proposto para imigrantes e refugiados.

A extensão no currículo de Letras

As atividades de educação superior no Brasil, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996), baseiam-se em três pilares: ensino, pesquisa e extensão. A extensão deve primar por promover “aberta participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição” (art. 43, inciso VII da Lei 9.394/96). Desse modo, enquanto o ensino e a pesquisa são desenvolvidos majoritariamente de forma interna na universidade, a extensão complementa os conhecimentos acadêmicos e vai além da instituição, contemplando a comunidade externa e permitindo novas experiências aos alunos da instituição.

Segundo Caputo e Teixeira (2014, p. 9), um dos objetivos da extensão é a formação

de profissionais "comprometidos com valores democráticos e solidários que se traduzam em ações concretas e que contribuam para a redução das desigualdades sociais e para a melhoria das condições de vida da população brasileira". Trata-se, portanto, de uma maneira de melhorar o desempenho estudantil e possibilitar ao licenciando a sua inserção no meio social, de modo a favorecer condições de vida e de trabalho às pessoas de diferentes setores da comunidade de acordo com as demandas observadas.

A partir disso, o conhecimento produzido nas universidades pode ser expandido para além das fronteiras dos laboratórios e das salas de aula. Trata-se de um retorno dos conhecimentos construídos nas Instituições de Ensino Superior (IES) como forma de ajudar na redução das desigualdades sociais. Consoante Silva e Cândido (2014), a extensão é uma forma de ampliar o debate sobre o papel da universidade como produtora de conhecimento útil e importante para a transformação da comunidade da qual ela faz parte. Assim, há uma via de mão dupla: o graduando recebe a formação de um cidadão crítico e capaz de resolver problemas sociais, e a sociedade é contemplada pelos resultados dos esforços obtidos por meio do ensino e da pesquisa no ambiente acadêmico: "a extensão, por estar sempre presente no fazer universitário, passa a exigir uma atuação e um corpo estrutural capazes de contribuir efetivamente para o processo de formação humana" (Silva; Cândido, 2014, p. 11).

Nesse sentido, o Projeto Pedagógico do curso de Letras (PPC) do IFRS-BG, elaborado em 2017, além da formação dos estudantes, foi pensado a fim de se promover atividades que envolvessem a comunidade externa. Na época, estava em vigor a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015, que definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a formação inicial de professores. Nesse panorama, no art. 3º, em seu parágrafo 1º estabelecia-se que "[p]or educação entendem-se os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho". Além disso, as atividades extensionistas tinham que preservar as relações criativas entre natureza e cultura. Atualmente, está em vigor a Resolução nº 7 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Superior (2018), vinculado diretamente ao MEC, que determina que 10% da carga horária curricular dos cursos de graduação deveria ser realizada via atividades de extensão, o que popularmente passou a se chamar de curricularização da extensão. Entre a concepção e a prática dessas atividades (art. 5º da Resolução), está posto que a articulação entre ensino, pesquisa e extensão deve ocorrer em diálogo com a formação cidadã dos estudantes e o atendimento às questões complexas do contexto social observadas na contemporaneidade. De certa forma, o PPC do curso de Letras do IFRS-BG, em comento, acabou antevendo a possibilidade de curricularização da extensão durante o projeto e a implementação do curso de licenciatura. Nessa linha de pensamento, Imperatore (2019) explica que os alicerces da curricularização da extensão precisam passar por um

repensar a ciência à luz da experiência, sob a perspectiva de pautas socialmente relevantes, de novas lógicas de aprender e da resignificação da educação como um ato político-emancipatório. Requer, conseqüentemente, a opção por uma educação alicerçada na práxis, na dinâmica ação-reflexão-ação, na dialogicidade, na problematização, na liberdade, na autonomia e na conscientização (Imperatore, 2019, p. 23).

Com valores pautados na solidariedade, na democracia e no compromisso social, o IFRS tem como missão a oferta de educação profissional inclusiva, pública, gratuita e de qualidade. A instituição promove a formação integral de cidadãos para o enfrentamento de

desigualdades sociais, econômicas, culturais e ambientais. Também faz parte de sua missão garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. São alguns dos princípios do IFRS, o compromisso com a cidadania e com a inclusão de pessoas em situação de vulnerabilidade social (IFRS, 2019).

Ademais, em diálogo com a instituição da qual faz parte, o curso de Letras do IFRS-BG objetiva a formação teórica, prática e didática dos licenciandos. Segundo as diretrizes da instituição, um dos diferenciais do curso é o desenho curricular que potencializa o desenvolvimento humano em face dos arranjos econômicos e sociais:

Dentre as atividades do curso, estão previstas disciplinas presenciais obrigatórias e optativas, com atividades teóricas e práticas; estágios supervisionados obrigatórios e atividades complementares envolvendo ensino, pesquisa e extensão. Essas atividades buscam atender o proposto nos objetivos do curso, de modo a consolidar a formação plena do licenciando (IFRS, 2017, p. 17).

A natureza da extensão universitária baseia-se na ação junto à comunidade, permitindo a troca de conhecimentos adquiridos no meio acadêmico com pessoas de dentro e de fora da instituição. De acordo com a Resolução nº 58/2017 do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS), a extensão é um processo educativo, cultural, social, científico e tecnológico que permite a troca entre as instituições e os segmentos sociais por meio do desenvolvimento e da difusão de conhecimentos (CONSUP, 2017).

Conforme explica Imperatore (2019, p. 87), a reflexão sobre o fazer extensionista leva à "análise do modelo de universidade e de sua proposta de formação, visto que as ações extensionistas mantêm relação direta com a identidade institucional". O IFRS tem consciência da importância do acolhimento de projetos que deem retorno à sociedade. Dentre os objetivos da extensão no IFRS, destacam-se dois itens:

III estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda, e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico sustentável, local e regional;

IV propiciar a participação institucional em ações sociais que priorizem a superação da desigualdade e a melhoria da qualidade de vida, no âmbito das ações afirmativas; [...] (CONSUP, 2017, p. 2).

Em diálogo com as reflexões acima, o componente curricular de Estágio Supervisionado - Projetos de Extensão tem como objetivo estimular os discentes do curso de Letras a conhecerem contextos diferentes relacionados à educação, com foco no ensino de Língua Portuguesa. Há um diálogo estabelecido entre os objetivos da extensão e da formação ético-social do estudante de Letras, visto que, por meio da disciplina, é possível ser um facilitador na superação das desigualdades, promovendo-se o desenvolvimento da habilidade comunicativa de estrangeiros na condição de imigrantes e refugiados e se possibilitando o exercício da cidadania desses indivíduos no país.

Para Caputo e Teixeira (2014), é preciso estimular projetos que contemplem uma perspectiva multicultural e democrática, a fim de aproximar a instituição das expectativas da população. O Curso de Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados é uma forma de possibilitar que pessoas de outros países insiram-se na sociedade por meio do conhecimen-

to básico da língua. Trata-se de uma atividade que dialoga com as necessidades sociais e, ao mesmo tempo, vincula o curso de graduação com a realidade, promovendo uma relação dialética entre a teoria e a prática.

Portanto, a prática de extensão realizada na disciplina de Estágio Supervisionado Projetos de Extensão dialoga com a missão do IFRS e com o PPC do curso de Letras. Por meio da atividade, oportuniza-se que a extensão se insira no currículo da graduação e, mais do que descrita em documentos oficiais, seja colocada em prática, criando laços entre a instituição e a comunidade.

O ensino de Português como Língua de Acolhimento

O Curso de Extensão promovido tem como base teórica o ensino de Português como Língua de Acolhimento (PLAc). O PLAc diferencia-se das outras formas de ensino de língua, pois não se trata, por exemplo, do ensino de língua estrangeira, em que o estudante aprende outro idioma inserido em seu próprio país. A língua de acolhimento é uma ramificação do Português como Língua Adicional, visto que se trata do ensino de uma segunda língua para pessoas falantes de outro idioma. Contudo, a especificidade dos estudantes é o que nomeia esse ensino, pois seu público específico envolve pessoas deslocadas forçadas, obrigadas a deixarem seu país de origem e, muitas vezes, em situação de vulnerabilidade social. O ensino de Português como Língua de Acolhimento volta-se, portanto, para os adultos.

Para o público adulto, recém-imerso numa realidade linguístico-cultural não vivenciada antes, o uso da língua estará ligado a um conjunto de saberes, como saber agir, saber fazer, e a novas tarefas linguístico-comunicativas que devem ser realizadas nessa língua, bem como à possibilidade de tornar-se cidadão desse lugar, cultural e politicamente consciente, participando como sujeito dessa sociedade (São Bernardo, 2016, p. 65).

No Brasil, os processos migratórios sempre aconteceram de diferentes formas. Juridicamente, denomina-se "imigrante" a "pessoa nacional de outro país ou apátrida que trabalha ou reside e se estabelece temporária ou definitivamente no Brasil" (Brasil, 2017). Para a lei brasileira, refugiados são os que se enquadram no art. 1º e seus incisos, da Lei 9.474/1997, que define os mecanismos de implementação do Estatuto dos Refugiados, de 1951. Cabe destacar que, conforme essa lei, é considerado refugiado o indivíduo que:

I devido a fundados temores de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, grupo social ou opiniões políticas, encontre-se fora de seu país de nacionalidade e não possa ou não queira acolher-se à proteção de tal país;

II não tendo nacionalidade e estando fora do país onde antes teve sua residência habitual, não possa ou não queira regressar a ele, em função das circunstâncias descritas no inciso anterior;

III devido a grave e generalizada violação de direitos humanos, é obrigado a deixar seu país de nacionalidade para buscar refúgio em outro país (Lei 9.474/1997).

Refugiados são, mediante ao exposto, indivíduos forçados a se deslocarem em decorrência de problemas econômicos, políticos, civis, religiosos e humanitários (Camargo, 2018). Há, ainda, casos em que desastres naturais forçam as pessoas a se deslocarem. Trata-se, portanto,

de pessoas cujos direitos humanos foram suprimidos e que se veem obrigadas a aprenderem o idioma e a cultura do país em que estão inseridas para recomeçarem suas vidas.

De acordo com São Bernardo (2016, p. 63), "a barreira linguística é um dos desafios principais enfrentados por imigrantes de qualquer ordem no que se refere à adaptação a uma sociedade de acolhimento". Sem o domínio da língua, o imigrante ou refugiado tem dificuldade para estabelecer sua cidadania, visto que a comunicação diária é prejudicada. Assim, a apropriação da língua do país de acolhimento torna-se um meio de integração.

Grosso (2010, p. 71) destaca que a integração no país de acolhimento, a comunicação na língua e o conhecimento da legislação dos países de chegada são indispensáveis a essas pessoas: "a proficiência na língua-alvo ultrapassa a motivação turística ou acadêmica, interliga-se à realidade socioeconômica e político-cultural em que se encontra". Nesse sentido, o conhecimento da língua e da cultura tornam-se imprescindíveis para o desenvolvimento da competência comunicativa plena de imigrantes e refugiados e se configuram como aspectos fundamentais da língua de acolhimento.

Curso de Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados

O IFRS-BG promove ações voltadas ao ensino de língua portuguesa para estrangeiros desde o ano de 2013. Contudo, em 2018, o curso foi reformulado e passou a ser desenvolvido sob a perspectiva teórica do Português como Língua de Acolhimento (PLAc). Com essa mudança, o nome do curso foi alterado de "Língua portuguesa e cultura brasileira para estrangeiros" para "Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados", como forma de melhor contemplar o público ao qual se destina (Balzan; Kanitz, 2020).

Desde 2018, o curso está estruturado em dois módulos com 30 horas cada um: no primeiro, os alunos desenvolvem habilidades voltadas à comunicação oral e, no segundo, voltadas à comunicação escrita. O objetivo do curso é promover um aprendizado da língua portuguesa que permita aos sujeitos comunicarem-se em situações cotidianas de interação social, como apresentar-se, pedir informações, locomover-se pela cidade, fazer compras, procurar emprego, providenciar documentação, ter atendimento médico e acessar os serviços públicos de educação e de assistência social. Acredita-se que o conhecimento básico da língua oficial do país auxilia imigrantes e refugiados no processo de integração à sociedade brasileira.

Inicialmente, o Curso de Extensão era realizado, de forma presencial, para imigrantes e refugiados residentes na Serra Gaúcha. Contudo, devido à pandemia de Covid-19, no ano de 2021, as aulas passaram a ser ministradas de forma *on-line* por meio da plataforma *Google Meet*. Assim, alunos residentes em diversos estados do Brasil tiveram a oportunidade de se inscreverem e de participarem das aulas de forma gratuita.

Nas últimas duas edições do curso, as aulas foram ministradas por estudantes da Licenciatura em Letras matriculados no Estágio Supervisionado Projetos de Extensão, disciplina que integra o 5º semestre do curso, sob a orientação e a supervisão dos professores responsáveis pelo componente curricular. Neste artigo, o enfoque recai sobre a última edição do curso, que ocorreu entre 7 de abril e 28 de julho de 2022.

Durante a disciplina da graduação, aulas expositivas e dialogadas foram realizadas a fim de que os licenciandos compreendessem o contexto do estágio e da realidade em que estariam inseridos para ministrarem as aulas. Para isso, os professores responsáveis pela disciplina compartilharam experiências anteriores, artigos sobre o tema e materiais didáticos

relacionados ao PLAc. Também foi feita, por parte da Diretora de Extensão do *Campus* Bento Gonçalves, uma contextualização acerca da importância da extensão, além de várias leituras e debates sobre a necessidade de se acolher imigrantes e refugiados.

Em seguida, os oito licenciandos matriculados na disciplina de Estágio Supervisionado, divididos em duplas, foram responsáveis pela elaboração de materiais de apoio e de recursos didáticos para a execução das aulas. Por isso, para cada encontro foram criados: a) planos de aula; b) apresentações de *slides* para a aula síncrona; e c) material complementar com conteúdos e atividades para os alunos lerem/realizarem em casa. Para a elaboração dos materiais, procurou-se evidenciar a língua em uso por meio de situações diárias que envolvessem a comunicação. Também foram utilizadas imagens relacionadas ao texto escrito, a fim de ilustrar elementos lexicais. Os dois professores responsáveis pela disciplina, além de contribuírem com conhecimentos teóricos e práticos, forneceram o suporte necessário para que os estagiários pudessem criar e, posteriormente, ministrar as aulas para o curso.

Para cada aula, diferentes conteúdos foram abordados, tais como: aula 1) apresentação do curso; aula 2) apresentação pessoal; aula 3) constituição familiar, saudações e palavras de cortesia; aula 4) localização no tempo e no espaço, identificação de rua, bairro e cidade; aula 5) pontos da cidade; aula 6) meios de transporte e como utilizá-los; aula 7) numerais e horas; aula 8) mundo do trabalho; aula 9) tempo livre e atividades de lazer; aula 10) corpo humano; aula 11) como buscar atendimento médico, produtos de higiene; aula 12) alimentação e vestuário; aula 13) mobília e utilidades domésticas; aula 14) utilização do dinheiro; aula 15) preço, valores dos produtos e salário mínimo.

O objetivo dos conteúdos escolhidos foi o de auxiliar na promoção da autonomia dos imigrantes e refugiados no Brasil. Dessa forma, optou-se por tratar de assuntos que favorecessem entendimentos relacionados ao funcionamento da sociedade em que eles passaram a viver e à realização de diferentes tarefas em momentos comunicativos. Os conteúdos foram distribuídos ao longo das semanas de forma progressiva: inicialmente, pensou-se em como os estudantes poderiam se apresentar aos demais; depois, conteúdos como localização no tempo e no espaço, meios de transporte e pontos da cidade foram elaborados para que os alunos pudessem adentrar melhor em diferentes espaços; por fim, itens como alimentação e vestuário, atendimento médico, moeda e mundo do trabalho foram tratados para que os participantes não apenas conhecessem seu novo meio, mas pudessem se inserir nessa comunidade de forma mais efetiva. Ao longo do desenvolvimento dos materiais, foram abordados conteúdos lexicais, gramaticais e comunicativos de maneira interligada.

Ainda que cada dupla tivesse elaborado de forma diferente suas aulas, todas mantiveram um padrão visual e metodológico, a fim de que o curso seguisse uma unidade pedagógica. Além disso, os licenciandos procuraram criar aulas que mesclassem exposição de conteúdos, atividades interativas para os alunos escreverem a resposta pelo *chat* da plataforma *Google Meet* e momentos de oralidade para que os estudantes compartilhassem vivências relacionadas à temática da semana. Os materiais complementares contaram com o resumo dos pontos trabalhados em cada aula e exercícios com o gabarito para que os participantes pudessem praticar e revisar o conteúdo.

Ademais, no processo de produção de materiais, houve indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão no IFRS. Os licenciandos, além de estarem imersos na extensão durante uma disciplina de estágio, também buscaram aporte teórico, para a elaboração das aulas, em

artigos e relatos de experiência publicados pela própria instituição, pois o IFRS-BG conta com um Projeto de Pesquisa voltado ao PLAc, que, por sua vez, relaciona-se com a proposta do Estágio. Assim, o curso de Letras "desenvolve diversos projetos de ensino, pesquisa e extensão, favorecendo aos alunos uma aprendizagem interdisciplinar e integral" (IFRS, 2017, p. 73).

Somente após a discussão e a aprovação dos conteúdos e dos materiais pelos docentes responsáveis pela disciplina, as duplas de estagiários puderam iniciar as aulas com os imigrantes e refugiados participantes do curso. Destaca-se que as três primeiras semanas do Curso de Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados foram ministradas por um dos docentes da disciplina de Estágio, que também coordena o curso, o que permitiu aos licenciandos participar como ouvintes, observarem a prática e entenderem melhor a dinâmica das aulas.

O curso contou com quinze encontros semanais de uma hora. Além das aulas síncronas, os imigrantes e refugiados também receberam, via *WhatsApp*, materiais complementares e atividades para se aprofundarem no conteúdo de cada semana. No ano de realização dessa edição do projeto, os participantes do curso eram oriundos de diferentes países, como Haiti, Venezuela, Bangladesh, Senegal, Congo e Paquistão. Eles também residiam em diferentes estados brasileiros, como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Paraná. No total, a turma contava com 60 alunos matriculados.

A turma era bastante heterogênea, formada por pessoas de diferentes nacionalidades, falantes de diferentes línguas e com níveis de escolaridade e compreensão da língua portuguesa também variados. Esse perfil é próprio das turmas de PLAc e, ao mesmo tempo em que traz desafios ao processo de ensino, favorece a troca linguística e cultural entre os participantes, pois mobiliza habilidades e conhecimentos prévios na tentativa de se estabelecer a comunicação, relacionando-se diferentes línguas.

Por se tratar de aulas que envolviam a tecnologia, alguns problemas precisaram ser superados. No início do Curso de Extensão, a quantidade numerosa de alunos na modalidade *on-line* gerava ruído, pois muitos não entendiam que era preciso desligar o microfone nos momentos em que não estivessem falando. Alguns tinham dificuldade em preencher o formulário de presença e precisavam de auxílio dos professores. Contudo, no decorrer dos encontros, os participantes do curso compreenderam a dinâmica das aulas e começaram a dominar melhor a tecnologia, respeitando, por exemplo, os momentos em que era preciso deixar o microfone desligado e levantar a mão para falar. Do mesmo modo, os estagiários também compreenderam o ritmo da turma e desenvolveram a capacidade de se comunicarem de maneira mais assertiva com os alunos.

Além disso, o ensino da língua não se deu de forma apartada da cultura, pois sempre se inseriram no conteúdo das aulas elementos culturais e figuras que pudessem servir como estímulo e fixação do conteúdo. Consoante Bigot (2010), a percepção da realidade está atrelada à língua e, para entender uma cultura, é preciso recorrer a conhecimentos linguísticos. A língua é um guia simbólico da cultura e a cultura é um reflexo da língua. Desse modo, todos os conteúdos linguísticos foram contextualizados tendo-se em vista aspectos relacionados ao Brasil. Os estagiários não apenas explicaram, por exemplo, os meses do ano, mas também as festividades e as datas comemorativas do país. Essa relação entre língua e cultura deu-se durante todo o Curso de Extensão, visto que, mais do que aprender o idioma, os imigrantes e refugiados também precisam compreender o ambiente social em que estão inseridos para conseguirem morar, trabalhar, viver e criar laços com as demais pessoas.

Destaca-se que o Curso de Extensão permitiu aos imigrantes e refugiados uma imersão com a língua por meio da escrita, da escuta e da fala. Além do texto escrito nos *slides*, durante a aula, as duplas de estagiários procuravam sempre repetir as frases, palavras e orações com boa dicção e clareza para que os alunos do curso conseguissem compreender aspectos da oralidade do português. As atividades ao longo do material expositivo permitiram que os participantes pudessem ampliar o vocabulário, praticar a escrita de palavras e frases, desenvolver a oralidade e participar ativamente dos exercícios, ainda que de forma *on-line*. Nos momentos oportunos para a interação, muitos estudantes do curso escreviam no *chat* e abriam o microfone, ávidos por serem ouvidos e por contribuírem com suas respostas. A escuta dos alunos sempre ocorreu de forma respeitosa e acolhedora, pois os estagiários buscavam motivar os imigrantes e refugiados, estimulando e elogiando as interações orais e escritas realizadas. Assim, o processo de acolhimento pela língua se deu de forma eficaz, visto que, mais do que ensinar um idioma, foi possível valorizar os conhecimentos trazidos pelos estudantes e dar voz às suas vivências e experiências a partir do uso da língua.

Ao longo do Curso de Extensão, os alunos obtiveram avanços na aprendizagem da língua portuguesa e demonstraram gratidão por isso. Muitos mandaram bênçãos aos professores e estagiários de Letras, revelando um sentimento de carinho e respeito por quem estava ministrando as aulas. Do mesmo modo, os estagiários sentiram-se privilegiados em ter a oportunidade de exercer a docência em um contexto educacional diferenciado e de alta relevância social. A extensão, portanto, possibilitou uma troca de saberes além das fronteiras da instituição, acolhendo estrangeiros que precisavam dominar a língua para exercerem plenamente sua cidadania no país e, ao mesmo tempo, oportunizando aos licenciandos do curso de Letras a prática docente e a tomada de consciência a partir da interação com a realidade na qual e com a qual estão situados.

Considerações finais

Este artigo buscou relatar a experiência de um estágio do curso de Licenciatura em Letras realizado no âmbito da extensão. Trata-se de um modo de inserir a extensão na matriz curricular da graduação como forma de possibilitar aos futuros professores a prática da docência em contextos diferentes dos encontrados no ensino formal e, de modo simultâneo, cumprir as demandas da sociedade atual por meio da educação.

A ação extensionista no IFRS é uma prática que interliga as atividades de ensino e pesquisa realizadas na instituição com as necessidades da comunidade externa. Objetiva-se, por meio da extensão, a formação de profissionais éticos e capazes de disseminar o conhecimento em prol da superação das desigualdades sociais. A extensão também tem o intuito de fornecer à sociedade uma resposta positiva em meio às necessidades observadas. Assim, destaca-se a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão na instituição.

Tendo-se em vista o papel da extensão, a disciplina de Estágio Supervisionado Projetos de Extensão possibilitou aos estudantes de Licenciatura em Letras atuarem no Curso de Língua Portuguesa para Imigrantes e Refugiados. Por meio do estágio, os licenciandos tiveram a oportunidade de compreender o conceito e a prática do ensino de Português como Língua de Acolhimento. Com o auxílio dos professores responsáveis pelo componente, materiais didáticos foram desenvolvidos para as aulas síncronas e assíncronas. A disciplina proporcionou aos licenciandos um olhar mais amplo acerca das necessidades da sociedade,

o desenvolvimento da empatia com o próximo e o entendimento sobre a relação entre língua e cultura. Também foi uma forma de os licenciandos colocarem em prática conhecimentos teóricos acerca da docência.

O Curso de Extensão teve duração de quinze encontros e sua metodologia baseou-se no Português como Língua de Acolhimento. O objetivo do curso foi proporcionar aulas de língua portuguesa a imigrantes e refugiados oriundos de diferentes países e estabelecidos no Brasil. Por meio dos conteúdos, que interligavam aspectos linguísticos e culturais, o curso teve como meta desenvolver a autonomia comunicacional dos participantes a fim de que eles conseguissem se inserir plenamente na sociedade em que passaram a viver.

Ao final do curso, os estudantes expressaram sua satisfação com o processo de aprendizagem da língua portuguesa, confirmando que as aulas auxiliaram, de forma efetiva, no desenvolvimento de habilidades linguísticas para a interação social com os brasileiros. Além disso, com o encerramento do curso, foi realizada uma avaliação presencial¹ no IFRS-BG, composta de provas escrita e oral e de entrevista, em que todos os estudantes obtiveram aprovação.

A partir da realização desse estágio, enfatiza-se a relação estabelecida entre a IES e a sociedade por meio da extensão. O componente curricular permitiu a concretização das diretrizes do PPC do curso de Letras em um diálogo com a missão e os objetivos do IFRS. Por meio do estágio no âmbito da extensão, foi possível promover o acolhimento da alteridade. Também se destaca a relevância da extensão na formação de estudantes de Letras, que puderam exercer a prática docente em novos contextos e reforçar a relevância da educação como ponte para a cidadania.

REFERÊNCIAS

Balzan, C. F. P.; Kanitz, A. (2020). Língua Portuguesa para imigrantes e refugiados: relato de uma experiência no IFRS-Campus Bento Gonçalves. *LínguaTec*, 5, 273-284.

Bigot, M. (2010). *Apuntes de linguística antropológica*. Facultad de Humanidades Y Artes: Universidad Nacional de Rosario.

Brasil (1996). Lei 9.394. *Estabelece a Lei de Diretrizes e bases da educação nacional*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.html.

Brasil (1997). Presidência da República – Casa Civil. *Define mecanismos para a implementação do Estatuto dos Refugiados de 1951, e determina outras providências*. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9474.htm

Brasil (2015). Ministério da Educação. Resolução nº 2 *Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior*. http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-

¹ A avaliação presencial é uma exigência da Portaria n. 623, de 13 de novembro de 2020, do Ministério da Justiça, que dispõe sobre os procedimentos para a naturalização brasileira. De acordo com a Portaria, os estudantes que realizam cursos de língua portuguesa de forma remota necessitam realizar pelo menos uma avaliação presencial na instituição que promoveu o curso.

-2015-pdf&Itemid=30192.

Brasil (2018). Ministério da Educação. Resolução nº 7. *Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e dá outras providências*. https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECESN72018.pdf.

Brasil (2020). Ministério da Justiça. *Dispõe sobre os procedimentos de naturalização, de igualdade de direitos, de perda da nacionalidade, de re aquisição da nacionalidade e de revogação da decisão de perda da nacionalidade brasileira*. https://portaldeimigracao.mj.gov.br/images/portarias/PORTARIA_N%C2%BA_623_DE_13_DE_NOVEMBRO_DE_2020.pdf

Camargo, H. R. E. (2018). Portas entreabertas do Brasil: narrativas de migrantes de crise sobre políticas públicas de acolhimento. *Revista X*, 13(1), 57-86, Curitiba.

Caputo, M. C.; Teixeira, C. F. (2014). *Universidade e Sociedade: concepções de projetos de extensão universitária*. Salvador: EDUFBA.

CONSUP (2017). *Política de Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul*. Resolução nº 058.

IFRS (2017). *Projeto Pedagógico Licenciatura em Letras - Língua Portuguesa*. Licenciaturas. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

IFRS (2019). *Plano de Integridade do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul 2019-2023*. Bento Gonçalves: Instituto Federal do Rio Grande do Sul.

Imperatore, S. L. B. (2019). *Curricularização da extensão: experiência da articulação extensão-pesquisa-ensino-extensão como potencializadora da produção e aplicação de conhecimentos em contextos reais*. Rio de Janeiro: Gramma.

Grosso, M. J. R. (2010). Língua de acolhimento, língua de integração. *Horizontes de Linguística Aplicada*, 9(2), 61-77.

São Bernardo, M. A. (2016). *Português como língua de acolhimento: um estudo com imigrantes e pessoas em situação de refúgio no Brasil*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Linguística - UFSCar: São Carlos.

Silva, L. D.; Cândido, J. G. (Org.). (2014). *Extensão Universitária: conceitos, propostas e provocações*. W. São Bernardo do Campo: Universidade Metodista de São Paulo.

DATA DE SUBMISSÃO: 20/07/2022

DATA DE ACEITE: 10/10/2022